

SISTEMAS INTEGRADOS DE CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: SUA EVOLUÇÃO E OS IMPACTOS SOFRIDOS POR PROFISSIONAIS DA ÁREA CONTÁBIL

Renata Santos¹

RESUMO

Nos últimos anos, os sistemas integrados de contabilidade, também conhecido como sistema integrado de gestão ou ERP (*Enterprise Resource Planning*), ganharam seu espaço no mercado, passando a ser implantado por muitas organizações, principalmente pelas organizações de grande porte. Ao longo do artigo serão apresentados brevemente os períodos da história da contabilidade no mundo e no Brasil, como também o surgimento desta ferramenta facilitadora do controle dos negócios e que assegura aos gestores uma tomada de decisões mais segura e confiável, visto que esse sistema é capaz de centralizar todas as informações ocorridas na instituição em um determinado período. Este presente trabalho tem como proposta refletir sobre as dificuldades das micro e pequenas empresas a se adaptarem a novas tecnologias, saber quais impactos que a adoção de ferramentas como essa podem trazer para terceiros, como escritórios contabilidade, para os próprios empreendedores e gestores, funcionários, órgãos fiscalizadores do estado e demais usuários.

Palavras-chave: sistemas de informações contábeis, micro e pequenas empresas, sistemas integrados de gestão.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência social que possui o intuito de captar, registrar, acumular, resumir e interpretar todas as variações patrimoniais e os motivos pelos

¹ Discente do Curso Superior de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade La Salle Canoas/RS – Universidade La Salle, matriculado na disciplina de TCC II, e-mail: renatinhasantos_rs@hotmail.com. Sob orientação do Prof. Mestre Sérgio Weber, e-mail: sergio.weber@unilasalle.edu.br. Data de entrega:

quais alteram-se as situações patrimoniais, financeiras e de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidades do Terceiro Setor², empresa e outros diversos campos de atuação.

Em se tratando de contabilidade, pretende-se apresentar ao leitor sobre a evolução e história da contabilidade desde o período de surgimento até os tempos atuais. A finalidade enfatizar as novas ferramentas utilizadas neste setor econômico, demonstrar suas eventuais falhas, malefícios, benefícios e outros aspectos que influenciam diretamente nos usuários internos e externos.

Segundo Ludícibus, Martins e Gelbcke (2006):

“A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.”

Em conformidade com a citação evidenciada acima, o presente artigo tem o propósito de preparar o leitor para a tamanha relevância que os sistemas integrados de contabilidade possuem para os profissionais contábeis, para as empresas, sejam elas de pequeno ou grande porte, promovendo maior confiabilidade nas informações registradas e maior segurança para a tomada de decisões dos gestores.

Os sistemas contábeis vêm apresentando constante evolução no período recente e estão se tornando uma nova realidade para micro e pequenas empresas, ganhando espaço e se transformando em grandes aliados na tomada de decisões que visam longa continuidade da empresa. Tendo em vista a imensa evolução e importância dentro do mercado de forma repentina, principalmente para empresas de grande porte, busca-se conhecer as deficiências relacionadas à utilização e adaptação das micro e pequenas empresas na utilização desse mecanismo, mensurar quais os impactos sofridos por profissionais da área contábil na assessoria operacional e na verificação se os registros realizados estão sendo feitos conforme legislação pertinente, enfatizando de que forma essa ferramenta está influenciando na redução e aumento de custos dentro da organização.

² Terceiro Setor é o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando seu aperfeiçoamento. (PAES, 2013, p. 87).

Além do objetivo principal, a fim de complementar esta pesquisa, o foco também foi analisar quais os sistemas integrados de contabilidade estão sendo mais utilizados, de que forma os profissionais contábeis estão ajudando os empresários a utilizarem o sistema e verificar a quantidade de microempresas que possuem funcionários que auxiliam na utilização do mesmo.

No que tange a relevância pessoal deste estudo, existe certo conhecimento do tema proposto, pois como autora e profissional da área é possível acompanhar a grande dificuldade de ME e EPP³ para se adaptarem a esse novo instrumento e de o suprirem de acordo com a real situação econômica e financeira da empresa, com todas as informações que são movimentadas, dificultando que a ferramenta proporcione benefícios aos usuários⁴ e transmita veracidade nas informações armazenadas e divulgadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História e conceito da contabilidade

A contabilidade define-se como uma ciência social que estuda e pratica as atividades de controle e de registro referente aos atos e fatos da administração e da Economia, ou seja, relaciona-se ao estudo e controle do patrimônio das organizações. Esse estudo é realizado através dos registros contábeis dos fatos, que ocasionam diversos reflexos nas demonstrações dos resultados, sendo ela obrigatória para todas as empresas, independentemente de seu porte, tributação ou atividade econômica.

Atualmente a contabilidade está presente na maioria das atividades humanas, sobretudo naquelas que envolvem operações e transações monetárias ou patrimoniais, registrando o conjunto de bens, direitos e obrigações presente no cotidiano tanto das pessoas físicas, quanto das jurídicas.

A contabilidade surgiu há 2.000 anos a.C., devido a grande necessidade de contabilização das operações de troca entre pequenos comerciantes e ao longo dos

³ Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

⁴ Os usuários das informações contábeis são grupos de pessoas que possuem interesse em avaliar a situação patrimonial de uma empresa, sendo eles: Administradores, proprietários, acionistas, investidores, contadores, funcionários, auditores internos, Governo, bancos, fornecedores e demais partes interessadas.

anos sofreu constante evolução (IUDÍCIBUS,2010). Segundo Iudícibus (2015), a contabilidade evoluiu de acordo com a necessidade do homem, iniciou com os registros da contagem dos alimentos de pesca, animais de caçada, entre outros, e tornou-se um instrumento de controle de bens patrimoniais.

De acordo com Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p 8):

“[...] a contabilidade nasceu das necessidades dos gestores à procura de um modelo que inicialmente foi descritivo, e, posteriormente, com sua evolução, passou a ter caráter mais marcadamente preditivo”.

Reitera-se pelo exposto no dispositivo referido acima que a contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela. Esse pode ser considerado um dos motivos pelo qual os progressos tenham coincidido com a história e a evolução do ser humano, pois tem como foco atender aos interesses relacionados à riqueza com cautela, baseando-se no conhecimento, análises e informações existentes no período vivido pelo homem.

Com o objetivo de facilitar o entendimento e a compreensão por parte do leitor sobre o ambiente que se desenvolveu a disciplina, a seguir apresenta-se o Quadro com os principais períodos evolutivos em que se possui ciência na história da contabilidade no mundo e suas principais características (SÁ, 1997).

Quadro 1 - Períodos Principais da História da Contabilidade

PERÍODOS	CLASSIFICAÇÕES
INTUITIVO PRIMITIVO	Foi vivido nos períodos líticos, da pré-história da Humanidade, caracterizou-se pelas manifestações rudimentares de arte e pré-escrita, dedicado à simples memória rudimentar da riqueza.
RACIONAL-MNEMÔNICO	De disciplina dos registros, com o estabelecimento de métodos de organização da informação, ocorrido na Antigüidade; iniciou-se cerca de 4.000 a.C.
LÓGICO RACIONAL	Preocupou-se com a evidência de causa de efeito dos fenômenos organizados em sistemas primários; deu origem à partida dobrada, desenvolvido na Idade Média da Humanidade, iniciou-se, segundo provas, a partir da segunda metade do século XI.

LITERATURA	Em que a evolução defluiu da produção da matéria escrita de difusão do conhecimento, com a preocupação de ensinar por meio de livros escritos por autores preocupados com a forma de “como realizar os registros e demonstrações”; tal período ensaia-se a partir do século XI, tendo como berço o mundo islâmico; acelerou-se, no Ocidente, e assim se definiu, a partir do século XV.
PRÉ-CIENTÍFICO	Em que a intensa busca de raciocínios, definições e conceitos em matérias não só de registros, mas, especialmente, de fatos ou ocorrências com a riqueza ensejou a disciplina das contas. Nessa fase, ocorreu a formação das primeiras teorias empíricas, abrindo caminho para a lógica do conhecimento contábil que transcendeu a simples informação; tal período começa a viver-se a partir dos fins do século XVI, prolongando-se, sempre, em etapas evolutivas, até o início do século XIX.
CIENTÍFICO	Nele apareceram as primeiras obras científicas e estabeleceram-se as bases das escolas do pensamento contábil; é a época em que se passou a estudar a essência dos fenômenos patrimoniais, de suas relações, ou seja, o que significava os fatos informados e relativos ao patrimônio, tendo sido vivido a partir das primeiras décadas do século XIX; tal período constituiu-se naquele da História das Doutrinas.
FILOSÓFICO-NORMATIVO	Vivido a partir da década de 50 do século XX, em que a preocupação de normatizar as informações e de penetrar na interpretação conceptual definiu bem as áreas da informação disciplinada e do entendimento profundo e holístico dos fenômenos patrimoniais. Tal período também é o da atualidade, em que paralelas seguem, definidas, as duas correntes: a empírico-normativa e a científico-filosófica, ambas suportadas por considerável avanço da tecnologia da informação.

Fonte: Adaptado de Sá (1997)

Da mesma maneira que a contabilidade no mundo teve grandes evoluções, a história da contabilidade no Brasil também possuiu fatos marcantes. Em 1808, com a vinda da Família Real ao Brasil, Dom João VI publicou um alvará que obrigava a adoção do método das partidas dobradas, o que acabou ocasionando a primeira manifestação oficial.

“Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser a mais clara e a que nos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores.”

Destaca-se também uma das primeiras manifestações da legislação, o código comercial Brasileiro, de 1850, que contribuiu fortemente para o desenvolvimento contábil brasileiro. Por meio da Lei nº 556 de 25 de junho de 1850 (revogada pelo Decreto-Lei nº 305, de 28 de fevereiro de 1967), complementada pelo Decreto nº 737 de 25 de novembro de 1850, foi estabelecido a todo e qualquer comerciante a obrigatoriedade da escrituração de manutenção de determinados livros.

Disposto nos artigos 10 a 12 da Lei nº 556 de 1850, que determinam sobre o Código Comercial Brasileiro e as obrigações dos comerciantes:

Art. 10 Todos os comerciantes são obrigados:

1. A seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e a ter os livros para esse fim necessário;

...

3. A conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e mais papéis pertencentes ao giro de seu comércio, enquanto não prescreverem as ações que lhes possam ser relativas;

4. A formar anualmente um balanço geral de seu ativo e passivo, o qual deverá compreender todos os bens de raiz, móveis e semoventes, mercadorias, dinheiros, papéis de crédito, e outra qualquer espécie de valores, e bem assim todas as dívidas e obrigações passivas; e será datado e assinado pelo comerciante a quem pertencer;

Art. 11. Os livros que os comerciantes são obrigados a ter indispensavelmente, na conformidade do artigo antecedente, são o diário e o copiador de cartas.

Art. 12. No Diário é o comerciante obrigado a lançar com individuação e clareza todas as suas operações de comércio, letras e outros quaisquer papéis de crédito que passar, aceitar, afiançar ou endossar, e em geral tudo quanto receber e despender de sua ou alheia conta, seja qual for, sendo suficiente que as parcelas de despesas domésticas se lancem englobadas na data em que forem extraídas da caixa. Os comerciantes de retalho

deverão lançar diariamente no Diário a soma de suas vendas a dinheiro, e, em assento separado, a soma total das vendas fiadas no mesmo dia.

No mesmo diário se lançará também em resumo o balanço geral (art. 10, nº 4), devendo aquele conter todas as verbas deste, apresentando cada uma verba a soma total das respectivas parcelas; e será assinado na mesma data do balanço geral.

Em 1932, iniciou a obrigatoriedade da assinatura de um atuário, perito-contador, contador ou guarda-livros nos livros e documentos contábeis, sem isso não teria legitimidade judiciária ou administrativa, o que acabou ampliando a procura por profissionais no mercado. Previsto no art. 1º do Decreto nº 21.033 de 1932:

Art. 1º Nenhum livro ou documento de contabilidade previsto pelo Código Comercial, pela Lei de falências e por quaisquer outras leis, terá efeito jurídico ou administrativo se não estiver assinado por atuário, perito-contador, contador ou guarda-livros devidamente registrado na Superintendência do Ensino Comercial.

A contabilidade em geral possui diversos períodos que contribuíram de formas distintas para o desenvolvimento do profissional da área contábil, acarreando um grande reconhecimento dentro da sua própria área de atuação e ganhando maior visibilidade no mercado empresarial.

2.2 – Relacionamentos entre contadores e empresas de pequena monta

O papel do contador é tão ou mais importante para micro e pequenas empresas que para organizações de grande porte, pois o profissional é responsável por analisar qual o planejamento tributário mais adequado e vantajoso para o negócio, por certificar-se de que todas as operações estão sendo realizadas de acordo com as normativas vigentes, por acompanhar a viabilidade financeira do negócio, entre outras funções.

A Lei Complementar nº 123 de 14 de novembro de 2006, estabelece os critérios que definem o enquadramento das microempresas e empresas de pequeno porte:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a

sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta⁵ igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

O presidente do CFC do estado de Santa Catarina, Zulmir Breda, afirma que para garantir a capacidade produtiva das micro e pequenas empresas, para que elas possam se fortalecer e se manter em crescimento no seu nicho ao longo do tempo, a contabilidade confecciona documentos indispensáveis, que auxiliam na gestão financeira e na obtenção de financiamento dos seus empreendimentos, principalmente junto ao sistema bancário.

Estudos feitos pelo SEBRAE⁶ (2004), apontam que a maioria das micro e pequenas empresas não conseguem se manter aos primeiros cinco anos, contados a partir da data de início das suas atividades. No Brasil, 49,4% encerram a atividade com até dois anos de existência, 56,4% com três anos e 59,9% não sobrevivem além de quatro anos. Considerando esses dados nos deparamos com a grande dificuldade das empresas desses portes de se manterem no mercado, de conciliarem a falta de capital de giro, o excesso de tributos, as exigências burocráticas que também geram altos custos, a concorrência desigual e diversos outros fatores.

No Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos, as micro e pequenas empresas chegam a totalizar 99% do total de empresas em atividade no país, são

⁵ Conceituado no § 1º da Lei 123 de 14 de novembro de 2006, considera-se receita bruta, para fins do disposto no Art. 3º da mesma Lei, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

⁶ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas – É uma entidade privada que promove a competitividade e desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequenas empresas.

responsáveis por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado e representam 20% do PIB⁷ nacional SEBRAE (2018). É imprescindível que o empreendedor tenha o conhecimento necessário e uma excelente desenvoltura para enfrentar as diversas dinâmicas do mercado, de forma que minimize as chances de ocorrer o fracasso microempresarial e possa vislumbrar uma possível perspectiva de evolução e crescimento.

O sucesso deste setor econômico também influencia diretamente na probabilidade de melhora no desempenho do setor privado e, por consequência, até do setor público. Conforme dito por Ferronato (2015), através dessa melhora é possível reduzir os problemas sociais, diminuir as taxas de desemprego e a desenvolver pequenas e médias comunidades, incapazes de atrair empresas de grande porte. As pequenas empresas contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil, pois é inquestionável que elas produzem riqueza, democratizam o acesso ao trabalho e democratizam os meios de produção para o alcance de um maior número de pessoas dispostas a investir por sua própria conta e risco.

É evidente a essencialidade do conhecimento contábil por parte dos pequenos gestores e dos escritórios de contabilidade no contexto micro empresarial para que possa atingir o êxito da corporação de pequena monta. Ainda é possível identificar a carência desses conhecimentos e da comunicação entre ambas às partes, o que o pode estar contribuindo com os fracassos em um período tão curto de tempo, como foi apontado nos dados apresentados anteriormente.

Há aproximadamente uma década atrás, Ferronato definiu a relação entre microempresa e escritório de contabilidade como deficiente. Segundo o autor as pequenas empresas acham que pagam demais aos escritórios e não têm o retorno desejado, enquanto os escritórios dizem que ganham pouco por tais serviços prestados e por toda responsabilidade assumida. A percepção do autor na época baseia-se na ideia de que:

”Na mesma direção, quase nunca encontramos o profissional contábil ocupado na tarefa de despertar novas necessidades, a refletir sobre o que falta aos

⁷ Produto Interno Bruto – É um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia que consiste na soma de todos os bens e serviços que foram produzidos em um território ao longo de um determinado período de tempo.

pequenos empresários. Pelo contrário, a tendência atual é enxergar os contadores sempre envolvidos no rol dos produtos contábeis acontecidos no passado, fornecendo demonstrações financeiras já ultrapassadas e corroídas pela passagem do tempo. Em suma, muito pouco coincide os conhecimentos e as habilidades do contador com as maiores e mais imediatas demandas e interesses dos gestores menores.”

Em concordância com a citação anterior, o autor Padula (1996) apresenta estudos que comprovam que o contador estava colocado como intermediador entre o poder público⁸ e as empresas e beneficiava mais o primeiro do que os pequenos empreendimentos. O profissional contábil limitava-se apenas a sanar questões fiscais, sociais e jurídicas, se concentrando apenas a enquadrar o cliente segundo as orientações do poder público, do que atender as necessidades gerenciais.

Depois de identificada a ameaça que pairava sobre a contabilidade, surgiu à necessidade de atuação do contador mais direcionada a consultoria micro empresarial. Os pequenos empreendedores não são as pessoas mais indicadas para pensar na gestão de riscos⁹ (BARON, 2007), visualizam sempre o desempenho do seu negócio com um olhar otimista, com a expectativa de que as adversidades serão resolvidas, mesmo não tendo uma base racional e lúcida para essa conclusão. Por outro lado, a área contábil tem total capacidade e conhecimento para dar suporte a diversos assuntos econômicos, financeiros e administrativos, podendo atuar diretamente no planejamento estratégico, se tornando uma peça fundamental na gestão do negócio.

Atualmente, o avanço tecnológico e o aumento da competitividade de mercado ocasionaram uma necessidade constante na busca por inovação e criatividade na área contábil, devido a isso os profissionais contábeis entraram em uma nova era com o objetivo de promover transformações, onde os contadores, antigamente conhecidos

⁸ O Poder Público corresponde a todos os poderes que competem ao Estado na sua atuação perante a sociedade. É dividido em três poderes, o Poder Legislativo (responsável pela criação e edição de leis), o Judiciário (aquele que realiza o julgamento das lides com base nas regras do ordenamento) e o Executivo (responsável por governar e garantir o interesse público).

⁹ O Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017, considera a gestão de riscos como o processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.

como guarda livros, possuem o objetivo de se tornarem grandes aliados na gestão empresarial e nas tomadas de decisões das entidades.

2.3 – Sistemas de integração contábil

Com o intuito de deixar de restringir o trabalho do contador somente no registro das operações e no cumprimento das demandas legais e tributárias, buscando oferecer um trabalho diferenciado de apoio à gestão para pequenos dirigentes, o número de contadores em parceria com micro e pequenas empresas em busca de uma ferramenta que auxilie nesta função vêm em constante crescimento. Diante do exposto por Oliveira (2011), é possível compreendermos o motivo pelo qual as empresas empregam recursos para o desenvolvimento e a adoção de sistemas integrados de contabilidade, que também podem trazer benefícios para o âmbito gerencial, pois estrutura da melhor forma os processos que envolvem a captação, a sintetização e a aplicação de informações em todos os setores das organizações.

Ainda conforme o mesmo autor, ele se expressa definindo o sistema como “um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função”. O ponto mais importante de um sistema são os objetivos, que devem ser conforme o que queremos que ele faça, que nos auxilie com relação às responsabilidades e metas que desejamos atingir dentro da organização. Riccio (1989) confirma que os objetivos são o que queremos que o sistema nos permita cumprir em relação ao recurso que nos compete administrar.

A base para a formação de um sistema é a informação, que se trata de um dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que representa valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas, conforme Davis (1993). De outra forma, a informação é o dado de forma a ser entendido pelo receptor e a transparência dessa informação é feita através da comunicação. Padoveze (2009) considera que uma boa informação precisa ter as seguintes características:

Quadro 2 - Características de uma boa informação

<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo; • Precisão; 	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação a decisão; • Valor econômico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Motivação; • Segmentação;
--	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Atualidade; • Frequência; • Relatividade; • Exceção; • Acionabilidade; • Flexibilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância; • Entendimento; • Confiabilidade; • Oportunidade; • Objetividade; • Seletividade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Consistência; • Integração; • Uniformidade de critério; • Indicação de causas; • Volume; • Generalidade etc.
--	--	---

Fonte: Adaptado de Padoveze (2009)

O autor afirma que o valor da informação é capaz de reduzir a incerteza na tomada de decisão, ao mesmo tempo em que procura aumentar a qualidade da mesma. Ou seja, a informação passa a ser adequada quando sua utilização aumenta a qualidade do processo decisório, diminuindo a incerteza dos gestores.

Assim como qualquer outro sistema, ele requer recursos para que possa ter um bom funcionamento. Podemos destacar dois principais recursos, sendo um deles os recursos humanos, que se refere a contadores com capacitação adequada na área e visão contábil gerencial completa, a fim de suprir as necessidades informacionais contábeis do sistema da empresa. O segundo recurso necessário é um software de contabilidade que consiga processar toda a informação disponibilizada, para depois ser utilizada. Os demais são tradicionais para qualquer operação ou qualquer outro sistema, como:

- Equipamentos de informática;
- Equipamentos de comunicação;
- Energia;
- Serviços de terceiros;
- Materiais de expediente etc.

De acordo com Oliveira (2006), a utilização de recursos de informática torna-se essencial, tanto para a geração de informações derivadas das áreas de contabilidade, recursos humanos, patrimônio, controles de estoques, faturamento, dentre outros, como, também, para a integração com diversos outros departamentos, como compras, vendas, financeiro, etc..

Conceituando o sistema de informação contábil, podemos definir como o meio que o contador geral, o contador gerencial ou o *controller*¹⁰ utilizarão para efetivar a contabilidade e informação contábil dentro da organização para que a contabilidade seja utilizada em toda a sua plenitude (PADOVEZE, 2009). Dessa forma, entende-se que o sistema integrado de contabilidade aperfeiçoa tanto na parte gerencial, quanto traz diversas otimizações em questões operacionais, garantindo uma maior confiabilidade nas informações apresentadas e qualidade nos serviços prestados.

Com a criação do *Enterprise Resource Planning – ERP*, um sistema de gestão, foi possível reunir dados de diversos setores, desde o registro da nota fiscal, o controle de estoques, folha de pagamento da empresa, o registro das despesas, entre outros, proporcionando benefícios e facilidade à contabilidade no momento da conciliação dos dados registrados. Segunda Tuteja (2000), “ERP pode ser definido como uma ferramenta estratégica que equipa a empresa com as capacidades de integrar e sincronizar funções isoladas, em processos otimizados, para ser obter vantagem competitiva em um turbulento ambiente de negócios”.

Porém, essa ainda é uma realidade pouco conhecida para grande parte das micro e pequenas empresas, que realizam a terceirização dos serviços, como departamento de pessoal, departamento fiscal, contábil e societário, para escritórios de contabilidade. Essa situação, na maioria das vezes inibe que os dados praticados e coletados dentro da empresa sejam transmitidos corretamente para a contabilidade, de forma que gere uma informação fidedigna para o uso gerencial, retornando a cumprir um antigo papel na profissão, de apenas estar sanando as exigências estabelecidas pelos entes governamentais.

Para Rodrigues e Assolari (2007), “um sistema integrado de gestão é o caminho para o sucesso, mas ele por si só não é suficiente”. Um simples sistema integrado não acaba resolvendo todos os problemas das organizações, pois para que todo o procedimento funcione corretamente e que ambos os lados, empresa e escritório de contabilidade, estejam alinhados, é necessário muito conhecimento, sendo ele de contabilidade ou até mesmo de tecnologia da informação.

¹⁰ O controller é o profissional que atua em uma das áreas mais promissoras no mercado atualmente, pois atua na área de controladoria de uma empresa. Sua principal função é garantir melhores resultados para a empresa através da gestão financeira, fiscal e orçamentária.

Os sistemas possuem relevância significativa tanto para a organização, quanto para os usuários externos, sendo eles acionistas, diretores, funcionários ou fornecedores. Por meio deste é possível emitir diversos relatórios gerenciais detalhados com informações fiscais, financeiras e contábeis de cada operação, que permitem a identificação do mercado no qual a empresa está inserida de maneira eficiente para que se organize frente às dinâmicas existentes e seja capaz de se manter atual e competitiva, garantindo longa continuidade do negócio.

3 METODOLOGIA

Segundo Bauer e Gaskell (2002), uma metodologia qualitativa ou quantitativa será empregada dependendo da forma que o pesquisador deseja analisar um problema. Desta forma, existem problemas que podem ser analisados por meio da metodologia qualitativa e há outros que exigem uma conotação mais quantitativa. A metodologia presente neste artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. O referencial teórico foi constituído com base em pesquisas feitas em livros de autores com conhecimento em diversos ramos, também em jornais, revistas, legislações pertinentes e pesquisas de entidades reconhecidas no Brasil, que possuíam informações sobre os assuntos citados.

Além disso, foi aplicado um pequeno questionário com o total de 06 perguntas, a alguns empreendedores que participam da sociedade de empresas localizadas na região Metropolitana de Porto Alegre/RS. A aplicação do questionário foi realizada em maio de 2023, o mesmo foi enviado por e-mail diretamente para alguns pequenos empreendedores, com o intuito de acrescentar breves experiências voltadas ao conteúdo teórico descrito na referência bibliográfica.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O questionário aplicado obteve um total de 28 respostas e através delas foi possível identificar se os participantes utilizam o ERP (*Enterprise Resource Planning*), como foi ou está sendo a adaptação a essa ferramenta e qual a visão sobre os benefícios e malefícios que ela pode trazer, dentre outras questões que serão apresentadas. As respostas se dividiram entre as seguintes cidades:



Fonte: Autoria própria (2023)

A seguir, serão apresentadas as perguntas, juntamente com suas respectivas respostas e as análises de cada situação reconhecida.

4.1 Pergunta n° 1

A primeira pergunta foi "Você considera-se um empreendedor que está sempre atualizado com relação às tecnologias?", e como resposta havia duas alternativas, conforme abaixo:

- Sim, me considero atualizado em relação às tecnologias.
- Não, me considero conservador.

O intuito dessa pergunta era entender qual o perfil dos empreendedores que estavam sendo entrevistados. Apenas 7,70% dos entrevistados responderam que se consideram conservadores com relação às tecnologias, esse perfil costuma ter temor de mudanças bruscas, apenas fazem pequenos ajustes nas práticas e costumes que já são feitos há anos. Já os outros 92,3% dos respondentes, consideram-se que estão sempre se atualizando, em busca de ferramentas que minimizem erros, ofertando um trabalho mais eficaz e proporcionando até mesmo uma redução de custos.

4.2 Pergunta n° 2

A segunda pergunta foi “Sua empresa utiliza um sistema integrado de contabilidade?”, com apenas as respostas “sim” ou “não”. Nessa questão, 42,86% (equivalente a 12 respostas) dos empreendedores entrevistados responderam “sim”, sinalizando que utilizam essa ferramenta no ambiente empresarial. Já os outros 57,14% (equivalente a 16 respostas) responderam “não”, alegando que não utilizam essa ferramenta. Na próxima pergunta conseguiremos entender o motivo pelo qual esses 16 empreendedores ainda não utilizam.

4.3 Pergunta n° 3

A terceira pergunta foi direcionada apenas para aqueles que responderam “não” na pergunta n° 2, com o objetivo de entender por qual motivo os 16 empreendedores ainda não implantaram os sistemas integrados de contabilidade em suas empresas, sendo o questionamento: “Se você respondeu não na pergunta anterior, assinale por que você não realiza o uso dessa ferramenta”. Abaixo um quadro demonstrando as respostas obtidas:

Quadro 3 – Alternativas e resultados da pergunta n° 3

Alternativas	N° de respostas	Porcentagem de respostas
Falta de conhecimento	2	7,14%
Custo elevado	9	32,14%
Desorganização	5	17,86%
Outro	0	0%
Já utilizo	12	42,86%

Fonte: Autoria própria (2023)

Conforme pesquisas citadas no referencial, grande parte das micro e pequenas empresas não conseguem se manter no mercado nos primeiros 05 anos de atividade, considerando esses dados conseguimos compreender que o custo elevado para implantação de um sistema acaba sendo um gasto “supérfluo” e inacessível para alguns negócios que não possuem uma estabilidade financeira.

Também podemos perceber que a desorganização é um item que impede alguns respondentes de não possuírem um sistema, pois de nada adianta ter uma ferramenta que irá trazer uma maior confiabilidade nas tomadas de decisões, se os responsáveis não o suprirem de acordo com as informações necessárias para alcançar um bom resultado e ter veracidade da real situação patrimonial e econômica da empresa, ocasionando ao negócio apenas um gasto desnecessário.

4.4 Pergunta n° 4

A quarta pergunta é direcionada as 12 empresas que já utilizam a ferramenta, com o objetivo de identificar de que forma que eles conheceram essa nova tecnologia, sendo a pergunta formulada da seguinte maneira “Se você respondeu nas perguntas anteriores que utiliza um sistema integrado de contabilidade, quem lhes apresentou essa ferramenta?”. Abaixo um quadro demonstrando as respostas obtidas:

Quadro 4 – Alternativas e resultados da pergunta n° 4

Alternativas	N° de respostas	Porcentagem de respostas
Escritório de contabilidade	8	28,58%
Redes sociais/internet	1	3,57%
Fornecedores de sistemas	3	10,71%
Outro	0	0%
Não utilizo	16	57,14%

Fonte: Autoria própria (2023)

De acordo com os dados apresentados no quadro três, podemos perceber que os escritórios de contabilidade são os principais mediadores entre a empresa e o conhecimento da ferramenta, pois é algo que traz benefícios em relação à busca por automações, causa uma grande redução de processos manuais na área contábil e lhe permite mais segurança no momento de entrega dessas informações aos órgãos fiscalizadores. Algumas das vezes, conforme apresentado pela pesquisa, o conhecimento é recebido de um fornecedor ou consultor do sistema, que lhe procura com o objetivo de lhe ofertar o seu produto.

4.5 Pergunta n° 5

A quinta pergunta também foi direcionada as 12 empresas que utilizam a ferramenta, a fim de verificar se essas empresas possuem algum colaborador responsável pela área administrativa que lhe auxilia na configuração e no abastecimento do sistema com as informações necessárias. O questionamento foi “Sua empresa possui algum funcionário que é responsável pela configuração e utilização do sistema?”, obtivemos os resultados conforme quadro abaixo:

Quadro 5 – Alternativas e resultados da pergunta n° 5

Alternativas	N° de respostas	Porcentagem de respostas
Sim, tenho alguém responsável por essas atividades.	3	10,71%
Não, eu mesmo faço.	5	17,86%
Não, o escritório de contabilidade me auxilia.	4	14,29%
Não utilizo	16	57,14%

Fonte: Autoria própria (2023)

Totalizando 17,86% dos resultados, 05 respondentes dos 12 que utilizam, alegaram que ele mesmo faz a utilização do sistema e não tem ninguém para lhe auxiliar. Essa ainda é a realidade de muitos pequenos empreendedores, muitos cuidam da parte da confecção do produto ou execução do serviço, cuidam da parte comercial, do marketing, da área administrativa e todas as outras tarefas que envolvem o dia a dia do negócio. Já 03 respondentes dos 12 empreendedores que utilizam o sistema, disseram que possuem alguém executa as tarefas administrativas, sendo a pessoa responsável pelo uso do sistema. Em outra visão, 04 respondentes dos 12 que utilizam o sistema, responderam que possuem o auxílio do escritório de contabilidade, pois realmente em algumas etapas da utilização, principalmente no período de adaptação e parametrização, é necessário um conhecimento mais técnico da área contábil.

4.6 Pergunta n° 6

E por fim, uma pergunta com resposta descritiva e não obrigatória, onde a indagação foi "Você que utiliza, consegue pontuar algum malefício da utilização dessa tecnologia?". Essa pergunta obteve 02 respostas, onde dois empreendedores pontuaram a dependência que as empresas adquirem sobre ele como um malefício, dado que em momentos de instabilidade do sistema, falta de energia elétrica ou até mesmo de internet, acabam ficando sem acesso aos dados, sem fontes de informação, podendo ocasionar problemas nas operações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da contabilidade remonta a cerca de 2.000 anos a.C., quando surgiu a necessidade de contabilizar as operações de troca entre pequenos comerciantes e ao longo dos anos se tornou um instrumento de controle do patrimônio das organizações, sendo sua função estudar e praticar as atividades de controle e registro dos atos e fatos ocorridos. Podemos ressaltar também os marcos importantes na história da contabilidade no Brasil, como a adoção dos métodos das partidas dobradas em 1808, a publicação do Código Comercial Brasileiro em 1850, entre outros, que contribuíram para a evolução da ciência e da profissão.

No decorrer dos anos, a contabilidade passou por diferentes períodos evolutivos, desde o período vivido na pré-história, chamado de intuito primitivo, até o período filosófico-normativo, vivido a partir da década de 50 do século XX. Atualmente, vive-se o período de maior relevância, no qual há uma preocupação em normatizar as informações, interpretar e analisar os conceitos de forma mais profunda.

As micro e pequenas empresas representam a maioria dos estabelecimentos no Brasil e desempenham um papel importante na geração de empregos e no PIB nacional. No entanto, muitas delas enfrentam dificuldade para se manterem no mercado, visto que enfrentam questões como falta de capital de giro, altos tributos, burocracia, concorrência desigual e, principalmente, falta de experiência e conhecimento.

Neste contexto, o papel do contador é indispensável devido a sua expertise e conhecimento em contabilidade e finanças, seja por auxiliar a empresa a cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas e contábeis exigidas por lei, por realizar o

planejamento tributário visando oportunidades legais de redução de impostos, por fornecer informações valiosas sobre a empresa, por apresentar *insights*¹¹ financeiros que ajudam os proprietários a tomar decisões estratégicas, dentre outras funções.

Quanto à pesquisa aplicada, após a análise dos dados coletados, concluímos que a maioria dos empreendedores entrevistados se consideram atualizados em relação às tecnologias (92,3%). Isso indica que eles estão constantemente se atualizando e buscando ferramentas que possam melhorar a eficiência e reduzir custos em seus negócios.

Quanto ao uso de sistemas integrados de contabilidade, apenas 42,86% dos empreendedores afirmaram utilizá-los, enquanto os outros 57,14% ainda não adotaram essa ferramenta. Dentre os motivos citados pelos empreendedores que não utilizam o sistema, destacam-se: falta de conhecimento (7,14%), custo elevado (32,14%) e desorganização (17,86%). Esses fatores demonstram que algumas empresas não possuem estabilidade financeira para investir em um sistema ou apresentam dificuldades na organização das informações contábeis que pode estar atrelada diretamente a falta de conhecimento técnico.

Em suma, o artigo cita uma breve parte da história rica e evolutiva dessa ciência e dessa profissão que vem ganhando reconhecimento dentro do mercado. Os resultados apresentados indicam que a adoção de sistemas integrados de contabilidade ainda é baixa entre os empreendedores entrevistados, no entanto aqueles que utilizam percebem que podem usufruir de benefícios, como automação de processos, redução de tarefas manuais e maior segurança na entrega de informações contábeis, permitindo que o contador possa desempenhar um trabalho de excelência, visando garantir o sucesso e a sustentabilidade dos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: uma visão de processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹¹ Os *insights* na área contábil referem-se a percepções ou conclusões relevantes obtidas a partir da análise e interpretação dos dados financeiros e contábeis de uma organização. Esses *insights* podemos ser obtidos por meio da compreensão dos relatórios financeiros, das tendências, dos indicadores de desempenho e de outros dados contábeis disponíveis.

BAUER, M. W. e GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850**. Código Comercial Brasileiro. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1850.

BRASIL. **Decreto nº 737 de 25 de novembro de 1850**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1850.

BRASIL. **Decreto nº 21.033 de 08 de fevereiro de 1932**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1932.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1932.

BREDA, Zulmir. **Contabilidade para micro e pequenas empresas, uma questão de sobrevivência**. Santa Catarina: CFC, 2021. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/artigo-contabilidade-para-micro-e-pequenas-empresas-uma-questao-de-sobrevivencia/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

FERRONATO, Airto João. **Gestão Contábil-Financeira de Micro e Pequenas Empresas**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, CARVALHO, L. Nelson. **Evolução da Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades**. FIECAFI. 6. Ed. Ver. E atual. – 8. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen C. **Contabilidade Introdutória**. 11. Ed. São Paulo, SP; Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 15. ed. São Paulo, SP; Atlas, 2015;

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à controladoria**. São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas de informações gerenciais**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, E. **Contabilidade Informatizada: Teoria e Prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Sistemas de Informações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2009.

PADULA, Antônio, D. **Diversificação estratégica das atividades dos profissionais contábeis**. Revista Administração, v.31, n°2, São Paulo, 1996.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

RICCIO, Edson Luiz. **Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1989.

RODRIGUES, M.; ASSOLARI, L.M.A. **A Tecnologia da Informação ERP e seus Benefícios na Gestão de Processos e Crescimento dos Negócios**. In: XXXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, Rio de

Janeiro, 2007.

SÁ, Antonio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 1997.

SCHIMIDT, P. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2004. p.19.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. **Pequenos negócios em números**. Brasília: Sebrae, 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSEBRAE/ufs/sp/SEBRAEaz/pequenos-negocios-em-numeros>. Acesso em: 26 mai. 2023.

TUTEJA, Akhilesh. **Enterprise Resource Planning: What's there in it!**. 2000. Disponível em: <http://reocities.com/CollegePark/Library/6045/erp.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.